



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 021

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 021**

### **21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....**

**Presenças .....**

**Abertura da Sessão .....**

#### **Expediente:**

Ofícios .....

Indicações .....

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Geraldo Cartário .....

Dep. Antonio Belinati .....

Dep. Ademar Traiano .....

Dep. Professor Luizão .....

Dep. Reni Pereira .....

Dep. Péricles de Mello .....

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati .....

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano .....

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira .....

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício .....

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão .....

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão/Votação

Redação Final .....

2ª Discussão .....

Requerimentos .....

#### **Encerramento da Sessão .....**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Educação, Cultura, Esportes,

Ciências e Tecnologia .....

Defesa do Consumidor .....

Constituição e Justiça .....

#### **Publicações Administrativas:**

Balancete Financeiro

Fevereiro/08 .....

### **DIÁRIO Nº 021**

### **21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2008**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Reni Pereira e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stepha-

nes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Ribas Carli Filho (10).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob o nº 6290/77/REDUR/DL do Sr. Olides Millezi Junior - Gerente Regional de Negócios da Superintendência Regional Norte do Paraná da Caixa Econômica Federal, comunicando celebração de Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União - OGU entre a Caixa Econômica Federal e o Instituto Agrônomo do Paraná, sob o nº 0247594-98/2007/MAPA/CAIXA, que tem por finalidade aquisição de equipamentos para estações experimentais, no estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 6291/07/REDUR/LD do Sr. Olides Millezi Junior - Gerente Regional de Negócios da Superintendência Regional Norte do Paraná da Caixa Econômica Federal, comunicando celebração de Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União - OGU, entre a Caixa Econômica Federal e o Instituto Agrônomo do Paraná, sob o nº 0244890-16/2007/MAPA/CAIXA, que tem por finalidade aquisição de equipamentos para estações experimentais, no estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000021/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados ao Programa REDESEESP para a Fundação Uni-

versidade Estadual de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 031/08

Curitiba, 19/03/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 19/03/08, por estar em visita às minhas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO Nº 019/08

Curitiba, 19/03/08.

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para comunicar a esta presidência que nos dias 20, 21 e 22 do corrente mês, estaremos em viagem para Assunção, no Paraguai.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração.

(a) JOCELITO CANTO

### ***Indicação***

INDICAÇÃO Nº 062/08

SÚMULA:

Propõe a instalação de um poço artesiano na Colônia Upá, no município de Araruna.

Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realize a instalação de um poço artesiano na localidade denominada Colônia Upá, no município de Araruna.

II - Esta solicitação atenderá antiga reivindicação e anseios dos moradores da localidade e, também, da Associação de Agricultores da Colônia Upá.

III - O atendimento proporcionará uma melhora significativa na qualidade da água utilizada pela Colônia, provocando, por consequência, a redução da incidência de diversas doenças causadas pela má qualidade da água atualmente utilizada.

IV - Portanto, estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é nossa obrigação.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 048/08, item 09 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19/03/08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Edgar Bueno e Elio Rusch.

### REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Renigio Carmine Trivellatto, Técnico Industrial, amado e respeitado por seus familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/03/08.

(a) JOCELITO CANTO

### REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de São José dos Pinhais, que hoje, 19 de março, comemora o dia de seu santo padroeiro, São José, e concomitantemente, 318 anos de fundação do município.

Sala das Sessões, em 19/03/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder Legislativo presta a um dos municípios mais importantes do estado do Paraná, tanto por seu aspecto histórico, quanto por seu peso e equivalência econômica ao estado.

#### **São José dos Pinhais - a história**

Os primeiros europeus que circularam por terras paranaenses eram portugueses e espanhóis em busca de riquezas naturais. Foi de São Paulo que partiram várias expedições para os sertões brasileiros em busca de ouro ou de índios para o trabalho escravo. Uma delas descobriu pequena quantidade de ouro no litoral paranaense e como consequência ali se formou um pequeno povoado. Pouco tempo depois, em janeiro de 1649, era instalada a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Procurando descobrir ouro em outras localidades paranaenses, partiram de Paranaguá duas expedições, uma em 1649 e outra em 1651. O resultado foi animador, pois Ébano Pereira, Chefe das duas expedições, regis-

trava em um relatório a descoberta do ouro em rios do planalto. A notícia da descoberta de ouro nestes rios provocou o surgimento do Arraial Grande, um pequeno povoado situado junto ao rio do Arraial. Foi ele o primeiro povoado português das terras são-joseenses. Até então, o espaço onde atualmente se localiza o município de São José dos Pinhais, foi ocupado por um grupo das sociedades indígenas. Primeiramente por povos caçadores e coletores e na época da chegada dos portugueses por grupos que pertenciam à famílias linguísticas dos Jê e Tupi-Guarani. O crescimento do Arraial Grande aconteceu de uma forma rápida e desordenada, pois nele os portugueses pretendiam permanecer somente enquanto houvesse ouro para explorar. Na mesma época do surgimento deste povoado, diversos portugueses se tornaram proprietários de grandes extensões de terras no espaço hoje ocupado pelo município. Entre eles, estava o Padre João da Veiga Coutinho que se tornou dono das fazendas Águas Bellas e Capocu.

A Fazenda das Águas Bellas possuía uma excelente localização, pois era cortada por importantes caminhos percorridos pelos primeiros colonizadores. Foi nesta fazenda, provavelmente junto a sua sede, que no ano de 1960 ocorreu a inauguração da Capela de Bom Jesus dos Perdões. A presença da Igreja Católica era importante para o lugar, isto porque na época, a Igreja fazia parte do processo administrativo de colonização. Com a inauguração desta capela, o espaço são-joseense passou a ter uma autoridade que representava o governo português. Pouco tempo depois, no ano de 1721, o Ouvidor Geral Raphael Pires Pardini solicitava a eleição das primeiras autoridades para a Freguesia de São José. Na organização administrativa colonial, as freguesias eram povoações que contavam com uma autoridade eclesiástica local e possuíam representantes junto à administração pública da vila a que pertenciam. Esta freguesia possuía um enorme território, com uma pequena e pobre população. A maioria vivia de uma agricultura de subsistência e poucos se dedicavam ao comércio das “Casa de Venda”, que comercializavam alguns alimentos, tecidos e utensílios para o lar e a lavoura. Eram três os principais caminhos que cortavam as terras da Freguesia de São José: Caminho do Arraial, que ligava o litoral ao planalto; Caminho dos Ambrósios, que fazia a ligação com o litoral catarinense; Caminho de São José - Curitiba, usado por moradores da freguesia e viajantes dos outros dois caminhos.

O ouro era pouco e por volta de 1750, sua exploração estava praticamente extinta. Sem outra atividade econômica lucrativa, o crescimento populacional foi muito lento. Durante todo o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a Freguesia de São José possuía uma população pobre e dispersa, onde a grande maioria vivia de uma agricultura de subsistência. Embora fosse esta freguesia uma das maiores da região, ela foi abandonada pelas autoridades locais (Câmara Municipal de Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba), como

também pelas autoridades regionais (Capitania de São Paulo e depois Província de São Paulo).

No dia 16/07/1852, foi sancionada a Lei nº 010 da Província de São Paulo, criando o município de São José dos Pinhais. A sua instalação e a posse solene dos primeiros Vereadores ocorreu no dia 08/01/1853. A mesma lei definia que a sede do novo município ficaria na então também criada “Villa de São José dos Pinhais”. Em 27/12/1897, esta vila recebeu a categoria de cidade. Assim, a sede do município passou a ser a cidade de São José dos Pinhais. (Trecho relatado pela pesquisadora e historiadora Maria Angélica Marochi).

#### **São José dos Pinhais - um orgulho do Paraná**

Hoje, o município de São José dos Pinhais, com uma população estimada em mais de 220 mil habitantes, configura-se no cenário estadual, como um dos principais pólos industriais do Paraná e do Brasil. Sua manufatura industrial vai do setor automotivo à perfumaria, passando pela química fina; da eletroeletrônica ao setor moveleiro.

Na agricultura, persistem traços da sua formação inicial, cuja cultura advém de descendentes principalmente europeus e nessa mistura, estão agregados os melhores índices de produção, colocando São José dos Pinhais, na condição de maior produtor de hortifrutigranjeiros da região metropolitana de Curitiba.

Com sua localização estratégica, São José dos Pinhais é o corredor de escoação grande parte da produção paranaense. Ele liga os estados do sul e nele está instalado o principal e maior aeroporto do estado, o aeroporto internacional Afonso Pena.

Após sua expansão industrial acentuada no final da década de 1990, a cidade vive hoje o mesmo processo, só que no segmento da prestação de serviços e comércio, atraindo grandes e importantes investimentos.

Por estes abreviados relatos, o município de São José dos Pinhais se faz merecedor de todo o reconhecimento e votos de congratulações.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Poderes Executivo e Legislativo de São José dos Pinhais.

### ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 100/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Em caso de dívida que não tenha sido devidamente protestada ou não esteja sendo cobrada diretamente em juízo, a inclusão do nome dos consumidores em banco de dados proteção e restrição ao crédito ou quaisquer outros sistemas cadastrais congêneres, só se dará após ser-lhe previamente comunicado por escrito, por meio de correspondência registrada mediante o protocolo de aviso de recebimento (AR) e assinada a sua entrega no endereço fornecido pelo consumidor.

Art. 2º A comunicação deve indicar o nome ou razão social do credor, natureza da dívida e meio, condições e prazo para pagamento da dívida a fim de que não se efetive a inscrição.

§ 1º Deverá ser concedido o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para a quitação do débito ou apresentação de comprovante de pagamento, antes de se efetivar a inscrição do nome do consumidor nos cadastros de proteção de crédito.

§ 2º Esgotado o prazo a que se refere o artigo anterior poderá ser efetivada a respectiva inscrição do consumidor inadimplente, desde que apresentado por parte da empresa solicitante documento que ateste a natureza da dívida, sua exigibilidade e inadimplência por parte do consumidor.

Art. 4º As empresas deverão manter canal direto de comunicação, indicados expressamente no aviso de inscrição, que possibilite a defesa e a apresentação de contraprova por parte do consumidor, evitando a inscrição indevida.

Parágrafo Único. Havendo comprovação por parte do consumidor sobre a existência de erro ou inexatidão sobre o fato informado, fica a empresa obrigada a retirar, independentemente de manifestação dos credores ou informantes, os dados cadastrais indevidos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/03/08.

(a) EDGAR BUENO

#### **JUSTIFICATIVA:**

A propositura do projeto de lei ora em comento, objetiva uma maior tutela ao regime aplicável aos consumidores do estado do Paraná, que acabam muitas vezes tendo seu nome incluído injustamente nos cadastros restritivos de crédito sem que sequer lhe tenha sido informado anteriormente da existência de dívida já vencida e não quitada e nem lhe seja oportunizado qualquer meio para quitação da dívida antes de ser seu nome incluído em tais bancos cadastrais.

Assim, o presente projeto, além de asseverar o direito a informação insculpido no artigo 5º, inciso XIV<sup>1</sup> da Constituição Federal é medida efetiva para contribuir com a celeridade do nosso sistema judiciário, que se vê compelido a analisar diversas demandas que versam sobre este tema, pois muito embora o artigo 43, parágrafo 2º<sup>2</sup> do Código de Defesa Consumidor preveja a necessidade de comunicação anterior ao consumidor em caso de inscrição de seu nome em sistemas restritivos de crédito, as entidades que procedem os cadastros dos chamados “maus pagadores” acabam por não respeitar men-

1.“Art. 5º, inciso XIV da CF: É assegurada a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.”

cionada disposição legal, devido a falta de previsão específica de como deverá se efetivar a notificação ao consumidor (a forma como deverá se dar a notificação, o meio pelo qual se dará a comunicação, quais informações nela deverão constar, etc.).

Além disso a inclusão do nome dos consumidores em bancos de restrição de crédito sem prévia notificação afronta diversos dispositivos legais. Exordialmente cumpre ressaltar a evidente violação aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, preconizados no artigo 5º, LIV e LV da nossa Constituição Federal, que pregam a impossibilidade de se sancionar alguém sem que lhe seja concedido meios para apresentar defesa e sem que seja respeitados procedimentos que assegurem o respeito aos princípios constitucionais. Ainda, há que se destacar, de modo mais direto, a transgressão ao disposto no artigo 43, parágrafo 2º, do Código de Defesa do Consumidor, conforme melhor argumenta Aldo Rodrigues Ferreira:

*Não bastasse o rol de direitos constitucionais destacado, no plano infraconstitucional também há comando para que o consumidor não seja surpreendido pela inscrição de seu nome em cadastro restritivo de crédito. O parágrafo 2º do artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor prescreve (...).*

*É inconcebível em um Estado Democrático de Direito assegurar-se a um credor e a um administrador de cadastros a possibilidade de inscrever o nome de alguém em rol de inadimplentes sem que o desfavorecido seja informado previamente e pessoalmente. A norma insculpida no parágrafo 2º do artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor não comporta exceções.*

*Antes de os registros desfavoráveis ao consumidor tornarem-se públicos, devem o credor e o administrador de dados comunicá-los por escrito, possibilitando, assim, a abertura do contraditório e a incidência da ampla defesa. A melhor exegese recomenda, ainda, considerar-se abusiva eventual cláusula contratual que autorize o envio do nome do consumidor ao cadastro de inadimplentes sem prévia notificação.*

Por fim, denota-se também a afronta ao princípio de proteção ao consumidor, consubstanciado no artigo 170, V, e erigido a categoria de direito fundamental, conforme estabelece o artigo 5º, XXXII.

Demonstrada, portanto a relevância do presente projeto legislativo passemos a análise da constitucionalidade de suas disposições específicas.

No que tange a obrigação de notificação dos consumidores antes da inclusão de seu nome em bancos cadastrais, verifica-se a consonância da proposta legislativa com o moderno entendimento jurisprudencial e doutrinário. Isso porque contém ressalva acerca dos casos em que a entidade cadastral tem acesso aos elementos informativos por meio do próprio sistema, como é caso dos protestos e execuções judiciais, pois como ressalta o eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Aldir Guimarães, em tais situações a obrigação de notificação ao consumidor é desarrazoada, uma vez que decorrem de atos públicos, pendem sobre os quais pede a chamada “publicidade imanente”:

*Antes, portanto, na situação de os elementos informativos terem sido colhidos diretamente pela entidade cadastral, como acontece quando são extraídos de publicações de cartórios de protestos de títulos e de registro de distribuição de ações e execuções, será ela responsável por vícios que contiverem. E, nesse caso, haveria a necessidade de prévia comunicação ao devedor protestado ou executado? José Eduardo Neder Meneghelli, em interessante estudo sobre o assunto afirma que não, por se configurar a “publicidade imanente” do fato, que já é do conhecimento de terceiros e do próprio devedor, pela divulgação ampla dos atos cartorários de protesto e distribuição (...).<sup>1</sup>*

Portanto, tendo em vista tais considerações, o projeto de lei em seu artigo 1º excepciona da obrigação de notificação ao consumidor quando se tratar de dívida já protestada ou que está sendo cobrada em juízo, uma vez que neste caso há uma presunção de conhecimento público da existência e liquidez da dívida reclamada.

Igualmente em conformidade com o melhor entendimento jurisprudencial e doutrinário é a exigência do registro da notificação a ser remetida ao consumidor por meio de AR (aviso de recebimento), pois somente mediante tal ato formal é que se terá a certeza de que a informação chegou ao conhecimento do consumidor, restando, assim, obedecidos os princípios de contraditório e devido processo legal, indispensáveis antes da aplicação de qualquer medida constritiva de direitos.<sup>2</sup>

No que tange às demais medidas que propõe o projeto de lei, tais como a exigência da concessão de um prazo de 15 (quinze) dias para a quitação da dívida, a criação de um canal de comunicação entre as empresas e os consumidores e ainda a exigência da apresentação de certos documentos para a efetivação do registro nos cadastros restritivos de crédito, revela-se a conotação evidentemente conciliatória da proposta legislativa em apreço, que visa à proteção anterior do consumidor, para

2. “Art. 43. do CDC: O consumidor, sem prejuízo do disposto no artigo 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. (...)”

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.”

1. PASSARINHO JUNIOR, Aldir Guimarães. Cadastros de consumidores: questões controvertidas sob a ótica do Superior Tribunal de Justiça. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1258, 11 dez. 2006. Disponível em: ><http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9177>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

que este não seja obrigado a ingressar na Justiça a fim de ter assegurado direito que já encontra a rigor já deveria ser respeitado por conta do que prevê o Código de Defesa do Consumidor.

Finalmente, observa-se a adequação do projeto de lei com o rol de iniciativas previstas pelo texto constitucional, uma vez que se trata de matéria de iniciativa concorrente, primeiramente por que versa sobre matéria que envolve direitos fundamentais e também diante da expressa previsão legal consubstanciada no artigo 24, inciso V da nossa Carta Magna.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Geraldo Cartário.

### ***Deputado Geraldo Cartário (PDT)***

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Há dias atrás o Deputado Romanelli foi à tribuna desta Casa e falou sobre Segurança. Outros Deputados aqui da Casa vêm falando sobre Segurança. E quando o Deputado Romanelli se encontrava na tribuna, ele com a sua simpatia e educação me concedeu um aparte.

E nesse aparte eu dizia ao Deputado Romanelli, um estudo que a Secretaria da Segurança poderia fazer junto ao Sr. Governador Roberto Requião, no sentido de termos durante um período, uma semana, duas, três ou um mês, uma blitz permanente nas saídas de Curitiba ou nas entradas de Curitiba.

Sr. Presidente, nesta madrugada o Delegado Dr. Marcelo do COPE, junto com os companheiros Delegados, chegaram a Fazenda Rio Grande e ali encontraram o Sr. Chico Bento, que é cidadão, mas é bandido, que ali se encontrava escondido. Com todo respeito à Foz do Iguaçu, a todos os Deputados que aqui estão que não tem nada a ver com o problema da pessoa dele, ele foi condenado a 29 anos de cadeia em Foz do Iguaçu. Estava há 10 anos aqui na Colônia em Piraquara e estava fazendo parte desse comando que está trazendo uma desgraça à toda população.

---

2.(Ferreira, Aldo Rodrigues): “Por oportuno, não podemos deixar de esclarecer que a anterior comunicação escrita deve ser pessoal. Não basta ao órgão de proteção de crédito nem ao credor da obrigação enviar uma correspondência à residência do consumidor, desprovida de qualquer meio hábil a certificar a entrega pessoal. Somente diante da certeza de que o consumidor desfavorecido foi pessoalmente notificado, a ampla defesa, o devido processo legal e contraditório são rigorosamente observados, o que autoriza, em seguida a constrição de direitos.”

Lá na Fazenda Rio Grande, hoje às 6h da manhã, ele foi preso, o Chico Bento, estava fortemente armado. Temos que enaltecer o trabalho do COPE.

Mas daí, Deputado Romanelli, o Governador do Estado, que realmente está preocupado com a Segurança, e o Secretário da Segurança, por que não implantarmos essa blitz em todas as saídas de Curitiba? A Deputada Rosane Ferreira também falou aqui que o pessoal rouba em Curitiba, se esconde em Araucária, da mesma forma, que ando falando há tempo, dos desmanches de carros, roubam o carro em Curitiba e se encontram as carcaças do carro lá em Mandirituba, em Piraquara, etc.

A nossa sugestão, Deputado Romanelli, é uma vez mais fortalecer o nosso pedido de uma blitz constante e permanente nas entradas e saídas de Curitiba, porque ali vai encontrar os desmanches, carros roubados, presos procurados, fugitivos condenados por sentença judicial e que se encontram fugitivos. Vai encontrar a droga passando nas saídas e entradas de Curitiba.

Nosso apelo é mais uma vez, Srs. Deputados, para resolvermos o problema da Segurança de Curitiba. Vamos resolver o problema da região metropolitana e do nosso Paraná. Vamos colocar a Polícia na rua, vamos entrar com blitz constantes, inclusive segurando aqueles passageiros que se destinam a Foz do Iguaçu, que são os que vão constantemente e que são assaltados dentro do ônibus, porque não existe blitz.

Parece que o Governo não está, ainda, entrando na real, que os bandidos estão super armados, preparados, são afoitos e têm disposição inclusive para matar, enquanto ficamos desarmados. Eu inclusive fui um que votou contra o desarmamento, que é um absurdo. Hoje, dentro de casa você não pode ter uma arma e os bandidos estão aí.

Lá na Fazenda Rio Grande, hoje, estava fortemente armado, entrando e saindo da Fazenda Rio Grande, passando por Portão, Pinheirinho, vive aqui na cidade de Curitiba, se esconde na Fazenda Rio Grande, enfim, esta é a Segurança que temos hoje.

Então, deixo mais uma vez meu apelo, em nome do povo da Fazenda Rio Grande, em nome do povo da região metropolitana. Sr. Governador, coloque homens eficientes, como os Delegados do COPE. Que estes Delegados tenham a oportunidade de poder trabalhar, que tenham condições, que haja infra-estrutura. O que foi demonstrado, hoje, pelo Delegado do COPE, certamente poderá ser mostrado pelos outros Delegados, em benefício da nossa Segurança, da nossa região metropolitana.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Só para registrar, principalmente para a imprensa aqui presente, a ocorrência neste exato momento de algumas comissões funcionando, porque já havia um agendamento anterior a esta antecipação da Sessão. Uma delas, a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Eduardo Cheida, com a Deputada Rosane Ferreira, o

Deputado José Fernandes Litro e mais os Deputados membros, que estão neste exato momento na Comissão, motivo pelo qual não estão presentes no plenário, mas vão antecipar o término para se fazerem presentes.

Só para justificar o porquê que não só esses Deputados não estão, mas outros Deputados que estão nas comissões que funcionam de manhã nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente justificado. Os Deputados da Comissão de Meio Ambiente, realmente, ontem, já haviam justificado suas ausências na Sessão de hoje.

Concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal da imprensa, inicialmente desejar ao pessoal do comitê de imprensa, aos comissionados e comissionadas, funcionários e funcionárias, aos nossos colegas Deputados e ao povo do Paraná, uma Páscoa muito abençoada pelo nosso Deus, pelo nosso Pai. Respeitando a religião de cada um, agradecemos a Jesus, nosso único Senhor e Salvador, que deu sua vida pelo amor que tem por mim e pela humanidade.

Sr. Presidente, tenho conversado com Prefeitos e lideranças do interior, onde o Deputado Alexandre Curi detém o mando por ter sido o Parlamentar mais votado. Eu observo um contentamento por parte dos Prefeitos e Vereadores, pelo atendimento que o Alexandre Curi tem dado a esses Prefeitos e Vereadores e a população dos municípios onde ele foi o mais votado.

Estava analisando e vendo que o jovem Alexandre Curi, com 19 anos de idade já havia sido eleito Vereador e hoje, com 28 anos, já está no seu 2º mandato de Deputado Estadual e tendo como espelho a figura de Alexandre Curi, neto de um dos maiores amigos que tive na política, o saudoso Anibal Khury.

Lamento, Sr. Presidente, a lei que existe hoje no Brasil, de que para ser candidato a Vice-Governador, Governador, suplente de Senador, Senador, Vice-Presidente e Presidente da República, tem que ter de 35 anos de idade para cima.

Meu Deus do céu! Esta lei absurda parte, principalmente, por parte dos velhinhos que estão no Senado Federal! Alguns estão lá, parecem até sucata, não desocupam o lugar para ninguém! E até por serem Senadores, muitos já com idade avançada, percebemos que eles não querem mudar a lei, eles querem continuar exigindo, em pleno século XXI, que para determinados cargos do país a pessoa tem que ter de 35 anos para cima. E com isso, o Alexandre Curi, que é um nome que poderia, sim, com liderança e com competência, ser até um candidato a Governador já na próxima eleição, ele fica impedido por um absurdo de uma lei que prejudica os jovens de todo o

país. E eu posso falar porque não sou jovem, já estou aqui no 3º tempo da vida. Mas se pleiteamos o voto dos jovens, o jovem pode votar, pode ser Vereador, pode ser Prefeito, pode ser Deputado, e por que o jovem, às vezes com 25, 28, 30 anos não pode ser Senador, não pode ser Governador?

A expectativa, já que se fala há muito tempo, e há muita má vontade também de mudar a lei eleitoral, que o Congresso Nacional em respeito à briosa juventude brasileira, modifique esta lei. É realmente digno de criticarmos a postura do Congresso Nacional, pela falta de iniciativa de abrir o leque, de permitir, mas eles têm medo da concorrência do jovem, e por isso então, é aquilo que eu disse, jovens talentosos, líderes, como o próprio Alexandre Curi, acabam ficando impedidos da disputa de cargos mais altos neste país.

Quando eu falo em Alexandre Curi estou defendendo os jovens brasileiros de um modo geral. Chega de querer do jovem apenas o seu voto, o seu apoio para nós podermos chegar aqui com mandato parlamentar. Temos a obrigação e o dever de oferecer amplas oportunidades para que eles também tenham uma efetiva e maior participação na vida pública brasileira.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Por último, Presidente Nelson Justus, hoje, em plena Semana Santa, a imprensa stampa um absurdo, um crime, uma falta de respeito com a vida, que está acontecendo lamentavelmente na minha cidade de Londrina, onde fui Vereador, fui Prefeito por três mandatos. Há uma lista na minha cidade de 48 pacientes portadores, alguns de doenças raras, e que necessitam com urgência de remédios especiais, caso contrário eles vão morrer antes do tempo. Poderiam ter uma vida longa se o medicamento fosse fornecido. Nesse momento está tendo uma caminhada de protesto em Londrina, começou neste momento, saiu da Concha Acústica em direção à chefia da 17ª Regional de Saúde. Mães, familiares, simpatizantes dessa causa, 48 pacientes, aliás, vou reformular a matemática, não são mais 48 pacientes, diminuiu para 42. Sabe por que, Presidente Nelson Justus, que a lista diminuiu para 42? Porque o remédio foi negado aqui no Paraná, negaram o remédio para os pacientes.

Vejo aqui a foto de um garoto, o Vitor Rinaldi, garoto de seis anos de idade, tetraplégico, está tendo crises e convulsões sucessivas, crise no aparelho respiratório. O remédio especial vai custar, em média, R\$ 890 por mês. A mãe, desesperada, dona Solange, está no protesto também.

Meu Deus! O Paraná é um estado tido como um estado rico na economia do Brasil e do mundo. Se falar em Paraná no Japão, nos EUA, na Europa, logo vão exclamar: “Opa, vocês são de um estado rico!”

E, de repente, neste estado dono de uma das melhores terras do mundo, assistimos o relato dos fami-



ares. Seis pacientes já morreram somente na minha cidade de Londrina, porque o remédio que eles precisavam foi negado.

Aí vem a pergunta que temos que fazer: quem vai se responsabilizar por essas mortes? Isso é um crime! É uma falta de respeito ao direito do povo de viver.

Está aqui na Gazeta do Povo: “Pacientes morrem à espera de remédio”. Seis já morreram. Não é culpa do Chefe da 17ª Regional, o Dr. Adilson. É uma política superior que temos que condenar. Não creio que nesta Casa vai ter uma voz para levantar em favor daqueles que negam o remédio que faltou e que já matou seis pacientes. Será que as autoridades vão esperar morrer os outros 42 pacientes?

Ocupo a tribuna como cristão, na semana da maior festa dos cristãos do mundo inteiro, para fazer um apelo dramático ao Governador Roberto Requião, ao Secretário Martin, a autoridades que comandam a Saúde Pública no nosso Paraná.

Pelo amor de Deus, não vamos deixar os pacientes com doenças raras continuarem morrendo, como estão morrendo e como já morreram seis apenas em Londrina. E, se estão morrendo em Londrina, certamente deve estar ocorrendo o mesmo problema em outras cidades do nosso Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel, porque vi o drama de V. Exa., vi a luta de V. Exa. para salvar a vida de uma mulher com câncer, da cidade de Ponta Grossa, e poderia estar morta se não fosse o remédio que V. Exa. foi atrás.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento.

Pronunciamento muito importante nesta manhã, temos uma denúncia muito grave.

Conheço seu empenho em prol da Saúde do estado do Paraná, principalmente, na cidade de Londrina.

Conheço, porque me socorri com V. Exa. quando precisamos, na cidade de Ponta Grossa, de remédios especiais. E V. Exa. me atendeu, como amigo e como Parlamentar, entrando em contrato com os hospitais de Londrina, em busca de remédios especiais para a minha região.

Nesse momento, quero me somar ao seu pronunciamento. Também estou indignado com esse caso gravíssimo da falta de remédios especiais, não só na região de Londrina, mas também em todo o estado do Paraná.

E preciso deixar registrado que o Deputado Antonio Belinati sempre trabalhou muito em prol da saúde na região de Londrina e em todo o estado do Paraná.

V. Exa. está de parabéns e pode contar com este companheiro aqui desta Casa.

Muito obrigado!

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel!

Quando V. Exa. me telefonou dizendo que tinha uma mulher morrendo em Ponta Grossa, não fiz mais do que minha obrigação. Não era nem parente de V. Exa., talvez nem eleitora de V. Exa., mas eu vi que V. Exa. estava nervoso, agitado, preocupado, lutando, e fez tudo que pôde para que aquela vida fosse preservada. Acho que não fizemos mais do que a nossa obrigação. Parabéns a V. Exa. por esse amor que demonstrou, reafirmou no atendimento àquela mulher.

Presidente Nelson Justus, é Páscoa, é vida nova, mas se continuar sendo negado o remédio para pacientes que estão com doenças raríssimas, remédios que, muitas vezes, dependem até de serem importados, não tem nem no Brasil, depende até de autorização especial, tem que haver boa vontade das nossas autoridades. Quando se trata de doença grave não pode esperar. Tem doença que se deixar para ministrar um remédio depois de amanhã, pode ser que o paciente já morreu, já foi enterrado. Então, têm casos que são de urgência.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Belinati, quero me somar ao seu apelo, mas trago as informações concretas, aqui do estado, desses pacientes que o senhor se reportou: 16 pacientes já estão sendo atendidos; outros 16 ainda não foram por falta de documentação dos próprios pacientes; o restante ainda não há comprovação científica de que o remédio seja eficaz. Esses remédios são importados e, possivelmente, não são ainda liberados pela ANVISA. Então, é uma preocupação que V. Exa. levanta, que é fundamental, e a própria decisão de ministrar determinado remédio depende, muitas vezes, do próprio profissional ou até de um remédio que não tem no país e que depende, por vezes, da liberação da Vigilância Sanitária.

Seu pronunciamento serve, mas há o esforço do estado, com certeza. Não tenho dúvida que, na época que V. Exa. foi Prefeito, muitas vidas se perderam não por falta, mas porque, infelizmente, o estado tem seus limites e V. Exa. sabe disso. Na condição de Deputado legislador, mediador e aprovador do orçamento do estado, V. Exa. tem que cobrar, sim, mas sabemos que é da natureza das pessoas elas ficarem doentes e que existem limites do ponto de vista que consigamos salvar todas as vidas. O estado, certamente, é solidário com essas famílias e, certamente, muito tem se avançado, nos últimos anos, com as tecnologias para que mais vidas sejam salvas.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Obrigado, nobre Deputado Elton Welter.

Exigir do doente comprovação científica se um médico já atestou que se não tomar esse remédio vai morrer, é um absurdo! Agora, se arrumar um outro médico para falar: “Não, o que ele falou não vale”, vai valer o que o outro falar? Não, não pode! Outra coisa: exigir documento de quem está morrendo? O melhor documento de

quem está morrendo, às vezes, é você olhar o paciente. Exigir que documento? Nobre Deputado Elton Welter, é um absurdo! O paciente está morrendo! O guri aqui é tetraplégico! O guri está correndo risco de vida. Seis anos de idade. Antes de dar o remédio, traga o documento! Meu Deus do céu, primeiro vamos atender! O melhor documento que se pode exigir é das nossas autoridades fornecendo o remédio para quem está com doença rara.

Vamos primeiro atender, vamos primeiro salvar vidas, porque se continuar com essa burocracia maldita, essa burocracia que emperra e que até mata - morreram seis - se continuar na burocracia: primeiro, se achar um médico para falar que de fato precisa comprovar que o remédio é eficaz; segundo, se o paciente não tiver documento também não vai levar o remédio; quem sabe vai chegar tarde o socorro, porque esses pacientes, quem sabe, já terão morrido!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

### ***Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Preocupado com esta onda de violência que assola o país e o Paraná com certeza também está inserido nesse contexto, porque as notícias que presenciamos, lemos nos jornais todos os dias, nos deixa numa situação de uma reflexão permanente. E é exatamente por isso que uso a tribuna nesta manhã, para fazer algumas colocações e fazer um apelo ao Presidente da Casa, colocar na pauta, na Ordem do Dia da semana que vem, um projeto de nossa iniciativa, que visa exatamente caminhar na esteira desse que é um dos clamores maiores da sociedade paranaense e brasileira, os dias de hoje, que é a preocupação com a violência.

O nosso projeto é aquele que estabelece critérios para a utilização do capacete quando os motoqueiros se dirijam às residências particulares, aos postos de gasolina, enfim, aos prédios públicos e que exige a obrigatoriedade da retirada do capacete. Mas, vou me limitar apenas a este pleito neste momento, para que o Sr. Presidente coloque na semana que vem, na pauta, uma vez que todas as Comissões pertinentes já tiveram a oportunidade de fazer a apreciação deste projeto e está pronto para estar na Ordem do Dia. Na semana que vem farei uma abordagem maior a este projeto.

Mas, também, Sr. Presidente, protocolei na tarde de ontem, na Mesa Executiva desta Casa, um outro projeto que também vem ao encontro desta preocupação maior, ligado à Segurança Pública. Mais especificamente a um fato que tem sido matéria de notícias nacionais. E vi ainda ontem no Jornal da Globo aquela situação que envolvia uma criança de 12 anos de idade, que sofreu diversas incursões por parte da sua patroa e da gover-

nanta que morava na residência desta empresária, que lamentavelmente não pode ser vista desta forma, em função do comportamento brutal que acabou tendo com essa criança.

O nosso projeto determina, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. da imprensa, determina o uso de urna nas escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncias de violências praticadas contra crianças e adolescentes.

Por que esta nossa intenção, Deputado Elio Rusch? É exatamente em função de que muitas vezes as nossas crianças, pela represália que pode acontecer pelos seus pais, ou enfim pelas pessoas que estejam envolvidas com elas, não conseguem manifestar as suas denúncias. O objetivo do nosso projeto é dar esta proteção, esta guarida para que a criança possa, mesmo no anonimato, colocar lá na urna, no seu colégio, que é a sua segunda casa, essa denúncia e que seja recebida pela direção da escola. E de pronto, se ela for considerada realmente uma denúncia sustentável, que encaminhe ao Ministério Público, aos órgãos pertinentes que possam trabalhar a devida proteção a essa criança.

Este é um projeto que entendo ser... (interrompido).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem mais um minuto.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PSDB***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Vou usar um pouco do Horário da Liderança, Sr. Presidente, porque julgo ser pertinente ao assunto, ao momento em que estamos vivendo.

Julgo Srs. Deputados, esse projeto ser realmente de um cunho social extraordinário. Estamos presenciando na mídia nacional todos os dias situações hilariantes, que envolvem a criança brasileira. É por isso que nós legisladores temos que tomar o devido cuidado, de encaminharmos nos Parlamentos Estaduais, no Congresso Nacional, legislações que possam realmente contemplar, proteger e acima de tudo prevenir essa situação lastimável que estamos vivendo nos dias atuais neste país. Porque infelizmente as nossas crianças brasileiras têm sido as grandes vítimas de ações inescrupulosas, de adultos, que não poderiam estar libertos, andando aqui neste país, de uma forma tão livre, quando cometem crimes que são bárbaros contra as nossas crianças brasileiras.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Primeiramente, Deputado Ademar Traiano, quero parabenizá-lo pelo belo pronunciamento, essencial para que a sociedade possa fazer uma análise mais conjuntural desse assunto tão importante, que trata da criança. Não

foi possível conceder aparte ao Deputado Antonio Belinati. Eu gostaria que o senhor me concedesse.

**(Assentimento)**

Esclarecer a questão da idade mínima para os candidatos. A Constituição Federal diz, no artigo 14, que para ser candidato à Presidente ou Vice-Presidente da República, a idade mínima é de 35 anos. Para Governador e Vice-Governador é de 30 anos. Portanto, a preocupação do Deputado Belinati, com referência à idade do Alexandre Curi, baixa cinco anos, neste momento que vamos consultar a Constituição. É apenas uma correção, porque afinal de contas estamos falando para o Paraná inteiro e as pessoas precisam estar bem esclarecidas com referência ao que rege e ao que diz a Constituição Brasileira.

Muito obrigado.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Deputado Traiano, permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Edgar Bueno, que prontamente fez os esclarecimentos. Acho que esta Casa de Leis tem que ter esta presteza para dar as informações.

Por outro lado, entendo que o tema que V. Exa. está tratando na tribuna, no dia de hoje, é absolutamente merecedor de uma reflexão de todos nós. Temos que reconhecer que vivemos em um momento da história e de um processo chamado civilizatório, extremamente complexo. Há um desfazimento da família. Há um momento complexo, a questão da fragilidade das próprias relações afetivas. Mais do que isso, da desconstituição dos núcleos familiares. Vamos verificar que em todas as camadas sociais, esse tema é extremamente complexo. Não é à toa que 36% das mulheres, hoje, já são chefes de família em nosso país. Ao mesmo tempo, os filhos, principalmente das mães pobres e trabalhadoras, se não for a estrutura do estado - o município, que atende a educação infantil - não há quem socorra essa mãe na educação dos seus filhos, e aí vem também a escola pública. O desafio de discutir um modelo de sociedade, em que possamos tratar o todo e pensar na família, estruturar uma sociedade mais democrática, que possa promover a inclusão social, seguramente é a forma de evitarmos esse profundo desdobramento. Basta ver quando se discute o tema de Segurança Pública - como tem sido discutido nesta Casa - a maior parte é jovem, adolescente, que ficaram excluídos do processo educacional e de uma oportunidade na vida, de emprego e que acabaram nos bares, conhecendo pessoas do mal. E aí, para irem para o mau caminho, é um passo, sabemos disso, em uma certa idade.

Então, entendo que vamos ter que ter uma política cada vez mais forte no estado, mas ao mesmo tempo de mobilização da sociedade civil organizada. Mas, quero, aqui, reconhecer a profundidade e a importância do tema que V. Exa. está tratando, trago esse viés nessa discussão, mas entendo que o tema que V. Exa. está tratando é da

maior importância e relevância para a sociedade e para este Parlamento.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Muito obrigado, Deputado Romanelli.

Realmente reconheço que a essência maior da família, na verdade, é essa falta, muitas vezes, da unidade, da harmonia, em função de todo um contexto que todos temos conhecimento, dessa desagregação que existe no contexto da sociedade, infelizmente, dessa falta de igualdade de condições para as famílias brasileiras. E cabe a nós Parlamentares, e principalmente aos Deputados eleitos como representantes dignos da sociedade, independente de cor, de raça, de condição financeira, mas cabe a nós, exatamente, esse poder de representar aqui as vozes anônimas deste Paraná que não podem se inserir nesse contexto, aqui, no Plenário desta Casa.

E essa preocupação com a família, realmente deve ser elementar, e quero parabenizá-lo pelo seu aparte de conteúdo. Realmente não temos condição, muitas vezes, de poder resolver definitivamente o problema, mas incumbe a nós a responsabilidade de provocar o assunto para aprimorarmos aquilo que realmente pretendemos. E o nosso projeto tem esse objetivo: de provocar um assunto tão importante, tão em voga no momento atual da vida brasileira, porque ele tem sido tema de palco de muitos noticiários que nos entristecem.

Eu como pai de família confesso a vocês, perdi a minha esposa muito cedo, com 33 anos de idade, fiquei com três filhos menores e sei o quanto é difícil conviver à distância. Por isso, mais do que nunca, como senti na pele essa dificuldade, tenho o dever e a preocupação de trabalhar aqui no sentido de zelar pelas nossas crianças paranaenses. E espero que esse assunto possa ser objeto de uma ampla discussão, e que o Deputado Traiano não esteja aqui apenas com o desejo de se tornar o dono absoluto do seu projeto, pelo contrário, quero abrir o leque para que as discussões aconteçam, quem sabe trazermos aqui a sociedade organizada, em todos os segmentos, para elencarmos um projeto que possa realmente dar esse amparo legal às crianças paranaenses.

**O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)**

Deputado Traiano, serei breve. Primeiro quero parabenizar V. Exa. pela feliz idéia e a iniciativa de trazer essa questão para o debate aqui na Assembleia Legislativa. Parabenizar V. Exa. por essa iniciativa. E, em um segundo momento, cumprimentar também por abrir esse leque para que os Parlamentares possam participar dessa discussão.

Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas muitas vezes as crianças e os adolescentes não sabem dos seus direitos diante da própria sociedade, aquilo que lhe é assegurado por lei. E de instituir uma urna nas escolas onde as crianças possam, efetivamente, trazer possíveis maus tratos, seja na própria família ou por outras pessoas. E as próprias direções das escolas,

professores, possam fazer uma avaliação, e posteriormente, se necessário, enviar até o Ministério Público para que os fatos possam ser apurados. Ainda mais esta semana que todo mundo ficou chocado diante das imagens que assistimos pela televisão de uma adolescente de 13 anos, se não me falha a memória, que foi violentada, foi torturada na casa de uma família. Tudo isso aqui acontece, infelizmente.

Ora, se nós no Brasil pensamos hoje em cotas negras, cotas não sei o que lá, alunos da escola pública, mas esse tema realmente é preocupante. Tínhamos no passado uma Secretaria da Criança, Família, não sei o que, parece que essa Secretaria não existe mais no Governo do Estado.

Então, tudo são temas, Deputado Traiano, que V. Exa. traz ao debate público e no Parlamento, que podem ser aperfeiçoados. Parabéns por essa iniciativa e na certeza de um amplo debate que haverá de gerar, diante desse seu projeto de lei, possamos ao menos encontrar uma saída para mostrar à sociedade do Paraná aquilo que seus representantes podem fazer.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço o aparte dos Srs. Parlamentares e entendo que o tema é realmente palpitante. Exatamente por isso nós provocamos o assunto. No curso do tempo que o projeto tramita nas comissões pertinentes, na CCJ, acho que vamos provocar uma grande reunião aqui envolvendo a sociedade organizada, os representantes legítimos das crianças, para que possam discutir esse tema com a maior brevidade possível, já que ele é realmente um tema emergente.

Srs. Deputados, espero contar com o apoio de V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Professor Luizão.

### ***Deputado Professor Luizão (PT)***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, achei importante a intervenção do Deputado Romanelli, num aparte em relação a fala do Deputado Traiano, quando se fala na questão da violência. Estivemos já nesta Casa, esta semana, debatendo o assunto na Comissão de Segurança Pública e também neste plenário. Considero que o Governo Federal, atento aos problemas da nossa sociedade, entre eles a questão da Segurança Pública, vejo com muito otimismo o lançamento do Programa Pró-Jovem que vai atender, só no Paraná, em torno de 13 mil jovens e adolescentes.

O programa está sendo apresentado aqui em Curitiba para um grupo de técnicos e gestores públicos, porque será uma parceria do Governo Federal direta-

mente com os municípios. O objetivo do programa é atrair jovens de 15 a 17 anos em atividades para que eles possam estar deixando as ruas. O grande desafio é capacitar gestores de 164 municípios que estão participando, ontem e hoje, aqui em Curitiba, o Ministério de Desenvolvimento Social é que comanda esse processo. Os treinamentos para os técnicos vão acontecer ainda nas próximas semanas e o programa vai oferecer 500 mil vagas nacionais, das quais 13 mil, 12 mil e 900 só aqui no Paraná.

O Pró-Jovem vai atender adolescentes de famílias que já são assistidas pelo Bolsa Família, isso significa que são famílias de baixa renda, famílias que estão praticamente excluídas da sociedade. Então esses jovens vão ter a oportunidade de poder participar desse programa. A duração do programa é de 24 meses, vai oferecer atividades de lazer, formação profissional e cidadania para os adolescentes. Para esse programa estão previstos R\$ 648 mil, e como já disse, esses valores serão em parceria com os municípios. Para fazer parte do programa, o município tem que ter um mínimo de 40 jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, cujas famílias estejam recebendo o Bolsa Família.

A lista dos municípios paranaenses inclui cidades como Curitiba, 1875 vagas; Londrina, 800 vagas; Colombo, 425 vagas; Ivaté, 25 vagas. Então, para o nosso estado que tem uma previsão de muitas vagas, ainda os municípios poderão aderir ao programa, podendo dar uma oportunidade para esses jovens que muitas vezes só têm a rua como oportunidade, como diversão. O maior desafio é fazer o adolescente trocar o fascínio da rua, pela ação da cidadania, promovida pelo programa. A discussão hoje, é a inclusão, ter políticas públicas atraentes para ele voltar à escola, à comunidade e à cidadania. Para os jovens não será um simples curso profissionalizante, mas algo mais amplo. Os jovens serão inseridos em atividades de lazer, esporte, artes, para então serem qualificados para o mundo de trabalho. A oferta de serviço sócio-educativo, a ele, será feito a partir do lazer.

O objetivo principal do programa é atrair o jovem pelo prazer e não pela obrigação. É fazê-lo trocar o atrativo da rua, das drogas, do grupo de amigos que pode levar para a criminalidade, trocar essas oportunidades por oportunidades mais produtivas, criativas de lazer, esporte, cultura e, principalmente, profissionalização.

Acho que esse é um passo importante. São iniciativas dessa natureza que vão contribuir para a diminuição da criminalidade. Não pegando fatos isolados, o negativo, exaltando o negativo, como tem acontecido em alguns órgãos da imprensa. Não pegando o negativo e exaltando, como aconteceu aqui nesta Assembléia, como tem acontecido aqui, que vamos só estar amedrontando a população. Não vamos estar procurando iniciativas que possam resgatar essa juventude, dar oportunidade, porque quando digo que nós muitas vezes partidizamos a questão, é você pegar um fato isolado - evidente que hoje temos o aumento da criminalidade no Brasil inteiro - é você

começar a destacar, reforçar essa questão para amedrontar a população.

Precisamos de ações propositivas, como essa do Governo Federal, do Pró-Jovem, que abre a oportunidade a municípios independente de partidos. Como disse, aqui em Curitiba, 1875 vagas disponíveis no Pró-Jovem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

## ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, os nossos convidados hoje, a população do Paraná que nos assiste através da TV SINAL.

Hoje, logo no início da Sessão, o Líder do Governo falava que alguns Deputados parecem que se pautam pelas notícias que saem nos jornais do Paraná.

Isso é preocupante, porque há alguns anos atrás, uns 15, 18 anos, eu estava, fazia o curso de Filosofia e tinha uma professora, Marilena Chauí, que inclusive escreveu um livro sobre a Ideologia das Comunicações. Aprendi a fazer um exercício para irmos além da informação. Então, não quero me pautar aqui por uma notícia que saiu no portal da Câmara dos Deputados, mas não tem como não comentarmos essa notícia, porque tem a ver aqui com o Paraná.

Assim como acompanho, preocupado, que há alguns dias ou meses atrás o foco eram os Legislativos Estaduais. Agora, recentemente, há algumas exceções que parece que querem dar a opinião pública, que virou regra: má versação do dinheiro público, alguns Prefeitos sendo presos, alguns Prefeitos administrando de dentro das cadeias.

Por que isso? Porque certamente ainda neste ano vamos decidir algo muito importante na história do Brasil: quem vai controlar o dinheiro público que circula no Brasil. Vai ficar muito fácil dizer que você tem que concentrar mais o dinheiro lá, em Brasília, e que cada vez menos os municípios não podem ser os gestores desse dinheiro, porque algumas exceções estão transparecendo como sendo regra.

Isso é preocupante. Já faz alguns finais de semana que tenho visto a pauta em alguns veículos de comunicação e são coisas de municípios mínimos. Não significam nada na população, num contexto de quase 5 mil municípios. Assim como é preocupante a onda que começou no Judiciário. Hoje pela manhã, escutei uma crítica em relação ao Supremo Tribunal. Aonde vamos chegar com essa onda de informação?

É justamente sobre isso, Deputada Beti, que quero fazer o meu pronunciamento, da preocupação não em pautar o meu discurso por uma notícia do jornal, mas por uma notícia que saiu no Portal da Câmara.

Isso tem a ver com esta Casa, porque esta semana tivemos um debate na Comissão de Segurança, em que se tratava da convocação, do convite ao Secretário da Segurança.

Acho que o Secretário não é aquele que tem que vir, deve ser da vontade dele vir aqui explicar, até em relação a isso.

Essa notícia que saiu no Portal da Câmara, é que no Brasil no ano de 2007, tivemos 409 mil grampos telefônicos autorizados pela Justiça. Não estou falando a nós Deputados, Vereadores, Prefeitos, até porque com essa onda de notícia não temos mais direito à privacidade nenhuma. Acho que daqui a pouco temos que fazer uma lei para que os telefones celulares, de gabinetes, tenham já automaticamente uma gravação para ser enviada para quem dá conhecimento público, como das contas bancárias.

Acho que quem está na vida pública não pode se sentir desgastado por isso. Essa onda já se criou aqui. Aliás, ontem já estavam votando, excluindo o foro privilegiado para autoridades. É uma tendência que se criou e que é irreversível. Mas estou falando do cidadão, da cidadã paranaense, como o cidadão que ontem à noite conversava comigo, um pequeno empresário daqui de Curitiba, que preocupado manifestava que os seus funcionários foram fazer um lanche do outro lado do seu comércio e perceberam que um carro com duas pessoas dentro, com laptop, com uma antena direcionada para o escritório deles, estavam rastreando para grampear o seu telefone. Ele não é político, não tem envolvimento, não votou em mim. Aliás, pedi quem tinha sido, foi o Deputado Teruo Kato.

Esse comerciante se mostrava preocupado. Por que disso? Veio-me a memória, Deputado Dobrandino, nós que fomos adversários no processo eleitoral em 2004 em Foz do Iguaçu e sempre chegam aqueles que querem vender um fardo de coisas. Há quatro anos atrás, o preço de um software para grampear um telefone em Cidade de Leste é em torno de US\$ 10 mil. Não sei quanto está hoje, mas deve estar em torno de US\$ 1.500 para você grampear. Deve ser esse mesmo sistema que estava sendo usado ali, porque você coloca o software no notebook, direciona a antena, pega o número e grampeia.

Essa preocupação que manifesto aqui na tribuna, não é em relação a nós. Deixar bem claro, porque amanhã são capazes de dizer que estou temendo pelo grampo meu, de qualquer Deputado. Não é isso. É em relação a essa viabilidade do sigilo das pessoas comuns. Essa preocupação foi explicitada, porque essa banalização da escuta, em que a Polícia primeiro manda grampear o telefone, depois começa investigar, depois do que escutar. Essa preocupação é muito grande, porque na CPI dos Grampos já falaram que os grampos são feitos através de software, não existe um cabo.

Quem garante que hoje não tenhamos quatro vezes mais do que esses 400 mil grampos atuando no estado do Paraná e que as escutas clandestinas são rastreadas por

algumas ou outras companhias, mas não por todas, principalmente por companhias que não operam aqui no Paraná.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV***

Seria interessante, porque não estamos aqui para nos defender, mas estamos aqui para defender o cidadão paranaense. E aquilo que o Deputado Luiz Claudio Romanelli falava há pouco, que os valores estão mudando na sociedade; estão, estamos em transformação. Mas, algumas coisas têm que ser garantidas, dentro de um estado democrático de direito, o respeito a quem não pensa igual, o respeito a quem tem um papel na sociedade. E este respeito, às vezes, não é apenas em palavras que é manifestado. Em algumas atividades, que tenho certeza que o Paraná não é exceção à regra, se está acontecendo no Brasil, quem garante que não está acontecendo aqui no Paraná?

E seria interessante que o Secretário nos informasse o que a Secretaria da Segurança Pública tem, não em relação ao que a Justiça tem autorizado, mas em relação às escutas ilegais. Com certeza também deve estar ocorrendo no Paraná. Se tem notícia disso, a Secretaria da Segurança Pública, o que está fazendo, se sabe se tem quadrilhas. Eu mesmo já recebi DVD com conversas minhas. Com certeza não era legal, senão não teriam me enviado.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)**

Deputado Reni, é um assunto muito interessante que V. Exa. traz esta manhã na tribuna da Assembleia Legislativa. Duas coisas eu gostaria de falar, usando o aparte que V. Exa. me concedeu.

Primeiro, V. Exa. fala das tendências, cada vez mais transparência, fórum privilegiado, já entra em discussão hoje no Congresso Nacional, o que na minha opinião é um avanço. Mas, uma coisa que não avança é a questão da discussão do orçamento, para que os municípios aonde realmente acontece o desenvolvimento, a geração de emprego, enfim, onde se arrecada os impostos, que é nos municípios, e aí esse dinheiro vem para Curitiba, vai para o estado, para Brasília e de lá precisa da famosa emenda parlamentar, para que ele retorne aos municípios. Isso eu acho que é uma sacanagem da política, porque deveria avançar também esta discussão, de descentralizar a discussão do orçamento. O dinheiro tinha que ficar nos municípios, para que a comunidade administrasse e fizesse investimento de acordo com a necessidade local, porque muitos que estão em Brasília não têm conhecimento da realidade local, do bairro, do município.

O segundo assunto que V. Exa. traz é um assunto extremamente importante também, porque o que será que está por trás destas escutas telefônicas clandestinas, como V. Exa. está falando? V. Exa. falou num número de 400 mil no Brasil. Eu ouço as autoridades jogando a culpa

para lá, para cá, pela falta de Segurança que temos no estado do Paraná. É só ligar a televisão e vai ouvir o Governador dizendo que é o Judiciário, o Judiciário dizendo que é responsabilidade do Governador e o povo passando pelas dificuldades pelas quais está passando.

E aí não são só Deputados. Realmente, tem que haver cada vez mais transparência nos seus atos. Mas, é a população que vem sofrendo com isto. O que é que está por trás disto? Enquanto nós, Deputados, queremos discutir, queremos que o Secretário venha aqui, para que numa boa conversa pudéssemos ajudá-lo. Nós vemos dificuldade de os Secretários estarem aqui.

Parabéns pelo seu pronunciamento muito importante, nesta manhã.

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Em relação ao seu aparte, quero dizer que o Deputado Nelson Pelegrino, que é do PT da Bahia, que é membro dessa CPI, olha a afirmação dele: “Nos últimos três ou quatro anos houve um crescimento exponencial do número de interceptações legais. Isto é preocupante, pois defendo que o estado tenha mecanismos de proteção à sociedade”.

Ele está preocupado com o crescimento das escutas legais. E estou preocupado com o número de escutas ilegais, que certamente ocorrem no Paraná. O Paraná não é exceção à regra.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)**

Muito obrigado, Deputado. Na verdade, V. Exa. tem razão no seu pronunciamento, mas há hoje no Brasil uma espécie de desobediência civil. Ninguém mais tem medo de Polícia, de Justiça, cada um faz o que quer. Acompanhamos pela imprensa, cada dia a Polícia Federal com uma ação, prendendo gente e entrando nos descaminhos, pessoas tirando dinheiro da conta pela internet, uma série de falcaturas. Então, há realmente um descontrole. E na verdade por que isso? As pessoas estão acompanhando os desmandos a nível também dos governantes: é Prefeito desviando recursos, é Deputado fazendo falcatura lá em Brasília. Foi noticiado pela imprensa, quem é do mensalão que está preso, por acaso, hoje? Ninguém foi preso! Então, há realmente uma grande impunidade no Brasil, e por isso cada um faz o que quer. É preciso aplicar pena mais dura para quem comete crime dessa natureza. E no entanto não se vê isso. Alguém que é preso hoje, sai amanhã. Então, é preciso um debate a nível nacional, uma discussão mais profunda para mudar o que está acontecendo no Brasil.

Obrigado pelo aparte.

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Obrigado a V. Exa. E o que V. Exa. expôs na verdade é o que há quase 20 anos atrás essa professora que eu tive lá no curso de Filosofia ela dizia o que tem por trás da ideologia da informação, a banalização de alguns crimes que hoje já não chocam mais a sociedade. E a

imprensa com certeza, eu não estou aqui falando do jornalista, desse ou daquele, a mesma imprensa que hoje tem ocupado que deveria ser dos Legislativos, de fiscalizar o Judiciário, e até de nos auto-fiscalizarmos; está sendo fiscalizada pela imprensa. Mas existe alguma coisa por trás disso tudo, Deputado Tadeu Veneri, existe, e depois de se criar esse clima que o Deputado citou aí de desobediência civil, aí vai ser difícil reequilibrarmos o estado democrático de direito, aquele estado democrático de direito que muitas pessoas deram a vida para restabelecer no país. E parecer que hoje a democracia acoberta tantas ações a pretexto de você buscar algum crime daquele que pensa diferente, que às vezes nós mesmos seremos reféns.

A preocupação desse Deputado, Nelson Pelegrino, deve ser a nossa aqui da Assembléia Legislativa do Paraná. Quais são os mecanismos de defesa que temos no Paraná para que a sociedade não seja vítima desse inescrupuloso aumento de escutas ilegais? E mais uma vez eu volto a falar, se há 10 anos atrás era US\$ 10 mil o software, hoje certamente é menos de US\$ 2 mil.

Acredito que temos que cobrar, sim, do Secretário, não em relação às escutas legais, mas em relação às escutas ilegais. Quais foram as quadrilhas que foram presas no Paraná? Impossível que nesses últimos cinco anos ninguém foi pego por esse tipo de operação. Que mecanismos temos à disposição hoje da Secretaria da Segurança para coibir isso? Qual é o convênio que tem com as operadoras de celular para de vez em quando fazer uma varredura nos celulares da população ou na central telefônica? Existe isso no Paraná? Ou vamos esperar virar um comércio essas vendas de escutas telefônicas no Paraná também?

Então, era o que eu tinha, Presidente. Obrigado pelo um minuto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Péricles de Mello.

### ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta manhã por dois motivos. Em primeiro lugar, fazer um convite a todos, particularmente aos Deputados da região sul do Paraná, uma colonização muito forte polonesa, ucraniana, na verdade todo o estado do Paraná, Curitiba também, temos um evento de extraordinária importância para a preservação da nossa memória histórica. Será lançado hoje, às 19h30, no Instituto G Arquitetura, Casa Vilanova Artigas, rua da Paz, 479, o livro Casa Eslavo-Paranaense. Arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Paraná. Esse projeto foi desenvolvido por um grande intelectual ponta-grossense, Píer Larocca, quando fui Prefeito, o Joel foi Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de

Ponta Grossa. Ele com seu filho, que é arquiteto, foram selecionados num concurso nacional, promovido pela PETROBRAS, realizaram esse projeto em Palmeira, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Antonio Olinto, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul, Rebouças, Irati, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares, onde se efetivou o levantamento arquitetônico e fotográfico de 120 habitações de madeira, descendentes polonesas e ucranianas. Projeto que pretende fortalecer a auto-estima das comunidades e valorizar a cultura de origem eslava. Logo depois do lançamento desse livro, a segunda etapa do projeto é a edição de um manual técnico para subsidiar a preservação das casas de madeira paranaenses. Todos sabemos da importância, para a nossa história da imigração polonesa e ucraniana. Temos aqui o Deputado Felipe Lucas e o Deputado Pedro Ivo, que estão muito envolvidos na preservação dessa identidade.

Estive em Irati, numa reunião dos municípios da região. O Deputado Ângelo Vanhoni também está trabalhando com o Ministério do Turismo. Então, é um acontecimento de extraordinária importância. Quero parabenizar o Larocca e sua equipe, e convidar todos os Parlamentares para se fazerem presentes hoje, às 19h, no lançamento dessa obra.

O segundo motivo que me traz a esta tribuna é que o Paraná, infelizmente, ainda é um dos únicos estados da região sul, e sudeste, onde os pescadores não estão sendo contemplados pelo subsídio do óleo diesel. Existe, há bastante tempo, uma legislação federal e no Paraná já existe uma legislação aprovada no começo do ano passado por esta Casa, onde a indústria da pesca é contemplada com subsídio de 12% na compra do óleo diesel e mais um subsídio, que vai até 20% do Governo Federal. Enquanto o estado não implementa essa política, o Governo Federal não pode ter a sua participação. É necessário que o estado do Paraná estabeleça o volume de óleo diesel a ser comprado. E os pescadores e o estado escolhem alguns postos de gasolina, e esses postos, depois dessa política, recebem o óleo diesel 12% mais barato para vender aos pescadores.

Na sequência, depois que os pescadores compram o óleo diesel subsidiado, as notas eles remetem a SIAP, que manda para Secretaria Especial lá em Brasília e o Governo Federal devolve entre 12% a 20% a mais daquilo que eles pagaram.

Então, é de extraordinária importância, principalmente para os pequenos pescadores é muito importante esse subsídio, pois vivem com uma renda pequena, que passam por extremas dificuldades. Conheci com mais profundidade, neste mandato, a situação dos pescadores, pelo meu trabalho, principalmente em Guaratuba. Lá o partido é bem organizado, tem uma colônia de pescadores atuante. Sei da importância que tem esse subsídio para os pescadores. Pude almoçar com o Governador Roberto Requião na semana passada e coloquei esse problema a ele. Ele vai estudar.

Estou pedindo o apoio dos Parlamentares desta Casa para a aprovação do requerimento encaminhado ao Governador Roberto Requião e ao Secretário Heron Arzua, para que essa legislação seja implementada o mais rápido possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência anuncia com satisfação a presença do Presidente da Câmara de Sarandi, Sr. Rafael e o Vereador Carlos de Paula, a pedido do Deputado Dr. Batista e da Deputada Cida Borghetti.

### ***Horário das Lideranças:***

No Horário das Lideranças: PDT.

**(Declina)**

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa e comunidade aqui presente.

Quero falar de um assunto que já abordamos aqui várias vezes: a famosa Estrada Boiadeira. Saber por que vou falar hoje, Deputado Valdir Rossoni? Tenho um documento em mãos que nos foi encaminhado pela Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, assinada pelo Presidente Sr. Nestor Ocimar Bisi; pelo Presidente do Sindicato do Comércio de Campo Mourão, que é o Sr. Nelson José Bizoto; pelo Presidente da CDL - Câmara de Dirigentes Logistas, Sr. Marcelo Chiroli e, também, pelo Presidente do Sindicato Rural, Nelson Teodoro de Oliveira. São lideranças que representam vários segmentos e que estão preocupadíssimos - e não é de hoje, já há muito tempo - com essa história da Estrada Boiadeira.

Fizemos várias reuniões, inclusive uma em Maringá, e discutimos há com os Deputados Federais, com os Deputados Estaduais da região e com os Prefeitos sobre a conclusão da Estrada Boiadeira. Naquela oportunidade, ficou acordado que seria colocado dinheiro no orçamento, novamente, assim como todo ano é feito, para conclusão da Boiadeira. Foi feito. Tivemos uma discussão na Assembléia Legislativa com os Deputados Federais, com os membros que discutem o orçamento da união, entregamos, os documentos, protocolamos aqui na Casa, pedindo a conclusão dessa Estrada Boiadeira, mas não adiantou muita coisa. Vieram, agora, com a desculpa de que não tem mais CPMF. No entanto, a arrecadação aumentou. É só olhar os números. O Governo arrecada, a cada ano que passa, mais dinheiro. Assim, com essa desculpa, o pessoal do PT retirou o dinheiro.

Gostaria de pedir a ajuda dos Deputados do PT, que têm uma ligação partidária estreita com o Presidente da República, para que se retomasse essa história da Estrada Boiadeira. Não só retomar a construção, como prever a conclusão, porque é inadmissível que um Governo não enxergue a importância que tem essa estrada para o Paraná.

O que é pior: o Governador Requião falou - está na imprensa para quem quiser ver - que se o Governo Federal começar as obras ou fizer metade da obra da Estrada Boiadeira que está faltando, ele faz a outra metade. Acontece que isso aí é só no discurso, porque na hora que precisa, efetivamente, acontecer a prática, desaparece o dinheiro do orçamento. Os Deputados não brigam para manter o dinheiro no orçamento. E aí é briga de Deputados Federais, briga de Deputados Estaduais e não acontece a inclusão da Estrada Boiadeira no orçamento.

Então, estamos relatando a necessidade dessa estrada, o pedido que é formalmente feito pela Associação Comercial, pelo Sindicato Rural, pelo Sindicato do Comércio e pela CDL.

Já conversamos com os Prefeitos, com os Vereadores e não acontece, só que quando apresentamos projetos que podem beneficiar a população, assim como foi ontem que não tivemos a discussão, muitos vetos acontecem. Há mais de 20 vetos na Casa, só do ano passado, para serem discutidos. Projetos importantes que vários Deputados aqui apresentaram.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Douglas, V. Exa. representa a região de Campo Mourão e tem feito um trabalho brilhante em defesa dos interesses daquela região. Quero me render, aqui, ao seu trabalho como Deputado de primeiro mandato que, realmente, dignifica a sua presença neste Parlamento.

O tema que V. Exa. traz à tona nesta Casa, no dia de hoje, acho que é oportuna uma boa reflexão, porque nós, em campanha eleitoral, também andamos pela sua região, marcamos presença eleitoralmente. E se havia alguma coisa que na época nos falavam e até pediam: "Por favor, não assumam compromissos. O povo está cansado de tantas promessas feitas aqui por Deputados Estaduais, Federais, candidatos a Governadores e a obra não acontece." E ela é realmente uma obra que tem importância fundamental no contexto econômico daquela região que é a Estrada Boiadeira.

Portanto, acho que é oportuno o seu pronunciamento e é chegado o momento dos Srs. Governantes, Sr. Governador Roberto Requião, que quero crer tem um compromisso muito grande com a região, até porque o Prefeito da sua cidade filiou-se ao PMDB, em função de compromissos assumidos de o Governo fazer inúmeras coisas pela sua cidade e pela região. Agora é chegado o momento de o Governador cumprir com os seus compro-



missos e colocar, quem sabe, independente do Governo Federal, esta obra no contexto das obras da Secretaria dos Transportes e contemple aquela região com essa obra que, sem sombra de dúvida, é o maior sonho da região em termos de uma rodovia em toda região que o senhor representa.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Agradeço, Deputado Ademar Traiano. Era importante mesmo, já que o Governador Roberto Requião se comprometeu que se o Presidente for fazer a Boiadeira ele iria fazer a metade. Então, por que ele já não começa a sua parte da metade? No final, o Presidente Lula terminaria a sua parte, porque retiraram do orçamento da união esse recurso.

Eu falava de vetos. Quando se apresenta projetos importantes, muitos são vetados. Isso considero um veto à nossa região. Proposto por vários políticos que já passaram, prometeram e não cumpriram, e o que está no momento é o Governador Requião. Espero que se coloquem as máquinas lá para começar, não coloquem só agora que é ano eleitoral. Coloquem as máquinas para trabalhar até a conclusão da obra.

Vou passar a palavra ao Deputado Marcelo Rangel, que pediu um aparte.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Com relação ao seu trabalho, Deputado Douglas Fabrício, seu empenho pela Estrada Boiadeira, o senhor está de parabéns. Desde o começo do seu mandato estamos acompanhando aqui na Assembleia Legislativa a sua dedicação com relação a isso e a sua cobrança ao Governo do Estado do Paraná.

Estou muito preocupado com a posição que se encontra aqui a Assembleia Legislativa como um todo diante da indiferença que tem sido demonstrada por parte do Poder Executivo, vetando os nossos projetos. Nunca na história, um Governador demonstrou tanta indiferença e nos prejudicou tanto com relação a nossa prerrogativa de legislar. Porque o que estamos vendo é veto atrás de veto, não só da Bancada da Oposição, mas também da Bancada da Situação. Ontem mesmo, estávamos avaliando um veto proposto por um Deputado da base governista. Ou seja, o Governador não está mais deixando a Assembleia Legislativa legislar.

Por isso, acredito que os Srs. Parlamentares precisem demonstrar força, demonstrar que o Poder Legislativo é um Poder independente e utilizar-se de uma outra prerrogativa, que é tão ou mais meritória ainda, que é a prerrogativa de fiscalização. Temos que redobrar a fiscalização para colocar esse Governo na linha, assim como o senhor está fazendo do alto desta tribuna, Deputado Douglas Fabrício.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Obrigado.

**O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)**

Vou declinar do tema, porque infelizmente não há como eu me manifestar. O Deputado Marcelo Rangel, sempre brilhante, de Ponta Grossa, quando ele faz um aparte é mais um discurso, que sempre vem a contribuir. Mas ele acabou prejudicando o espaço que eu precisava para fazer o meu aparte. Fica para outra oportunidade.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Agradeço o Deputado Edgar Bueno. Na próxima oportunidade fico lhe devendo este aparte, que com certeza contribuiria muito com o nosso pronunciamento.

Obrigado aos Deputados que me apartearam e à presidência, pela gentileza do tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Bloco PR/PTB; Bloco PSB/PRB/PV; Democratas.  
**(Todos declinaram)**

No horário do PT, concedo a palavra ao Deputado Professor Luizão.

### ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Sr. Presidente, subo à tribuna mais uma vez, no dia de hoje, para informar que o município de Pinhais está de aniversário, amanhã, dia 20. Ele foi emancipado em 1992 do município de Piraquara. Piraquara tinha uma área total de 350 Km<sup>2</sup> e Pinhais foi emancipado com 60 Km<sup>2</sup>. Pinhais, hoje, tem uma característica singular no estado do Paraná, por ser o menor município do Paraná em extensão territorial, com uma das maiores arrecadações no estado do Paraná, com um orçamento em torno de R\$ 130 milhões, está entre os 13 municípios do Paraná de maior arrecadação de ICMS, com uma população em torno de 120 mil habitantes. É um município pujante, que tem grandes perspectivas de ser um dos municípios da região metropolitana, de melhor desenvolvimento humano.

Estamos aqui na Assembleia, com muito orgulho, representando o município de Pinhais. Digo orgulho, porque sou o primeiro Deputado Estadual do município de Pinhais. Vamos fazer o possível para levar melhorias para a nossa cidade e para os municípios da região metropolitana.

Era isso. Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Liderança do Governo; Liderança da Oposição  
**(Declinam)**

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 019/08, subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, comunicando à presidência que nos dias 20 a 22 do corrente mês, estará em viagem para Assunção, no Paraguai. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 031/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (19/03/08), por estar em visita às suas bases eleitorais, no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 062/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a instalação de um poço artesiano na Colônia Upá, no município de Ararúna. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de passar aos itens da pauta, esta presidência comunica com satisfação a presença do Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, nosso amigo Budel. Seja bem-vindo a esta Casa.

Devidamente registrado, a pedido dos Deputados Reni Pereira, Edgar Bueno e Dobrandino da Silva.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### Redação Final

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a divulgação de publicidade oficial através de jornais alternativos. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 633/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Em conformidade com o disposto no artigo 21, inciso III, da Lei Federal nº 8666/93, e observados os demais preceitos constitucionais e legais sobre a matéria, em especial a lei estadual que trata a matéria, os órgãos públicos das administrações direta e indireta do estado, na publicidade de suas obras, anúncios, editais, progra-

mas, serviços e campanhas em geral, que venham a veicular-se na mídia impressa, deverão utilizar-se de jornais alternativos, na proporção especificada por esta lei.

Art. 2º A parcela mínima a ser destinada à divulgação através de jornais alternativos é fixada em 10% (dez por cento) do total da verba de publicidade oficial do estado para divulgação na imprensa escrita.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, consideram-se jornais alternativos os periódicos que tenham tiragem mínima de 5 mil exemplares, e se caracterizem por serem preponderantemente dirigidos a regiões, municípios ou bairros, ou ainda a segmentos específicos da sociedade.

Parágrafo Único. A critério da Administração, poderá ser exigido que a tiragem a que se refere o *caput* deste artigo seja atestada por instituto de pesquisa de notória reputação.

Art. 4º Os jornais alternativos interessados em veicular publicidade oficial do estado deverão credenciar-se junto ao órgão estadual competente, que manterá cadastro específico para esse fim.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 866/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 170/07, de 18/12/07, em Projetos de Lei).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/08, que dispõe que as quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, previstas nos anexos I e II da Lei nº 14678, de 06/04/05, ficam alteradas na forma que especifica. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Mensagens).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 014/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores - ACEA, com sede e foro no município de Cascavel. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Projetos de Lei).**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 025/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 2º da Lei nº 14968/05, (imóvel - São Mateus do Sul). **Aprovada. (Publ. no DA nº 004/08, de 18/02/08, em Projetos de Lei).**

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 030/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 030/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18/03/08.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

**2ª Discussão****ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 762/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.  
**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**  
Em votação a emenda. **Aprovada.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Parque Taramã I e II, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/08, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli, que altera dispositivos da Lei nº 11580 - nomenclatura comum do MERCOSUL - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA

CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/08, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi, com sede e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.  
**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**  
Em votação a emenda. **Aprovada.**

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 478, de autoria dos Deputados Plauto Miró, Durval Amaral, Ribas Carli Filho, Ademar Traiano e Osmar Bertoldi, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, na Sessão de ontem eu havia pedido para discutir o requerimento porque eu não o havia lido. E da sua leitura temos que reconhecer que seu autor, o Deputado Plauto, faz as indagações e entendo que isso aqui é um bom exemplo de requerimento de pedido de informações, bem fundamentado.

Entendo que, de fato, obterá as informações necessárias para poder esclarecer o funcionamento do terminal de álcool em Paranaguá e, certamente, também entendo que a própria administração dos portos de Paranaguá e de Antonina terão interesse em responder rapidamente esse pedido de informações, até para poder, de fato, esclarecer o tema. Mas, quero dizer que reconheço que este é um requerimento muito bem escrito, muito bem fundamentado. É o meu entendimento, claro, submetido naturalmente ao crivo de todos os Parlamentares, mas um requerimento muito bem elaborado do ponto de vista do que é um requerimento de pedido de informações.

É isso.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, fico contente aqui de ver o reconhecimento da Bancada do Governo, do Líder do Governo, a importância que tem esse pedido de informações para tentar esclarecer algumas dúvidas que pairam no ar. E esse é o caminho e o processo democrático que vivemos nesta Casa, a Situação defendendo as ações do Governo, e a Oposição questionando, fiscalizando e investigando tudo aquilo que aqui chega como denúncia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Devidamente encaminhado.

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só gostaria de um voto de confraternização a São José dos Pinhais que hoje comemora 318 anos de existência. São José dos Pinhais é uma das cidades que mais cresce no estado do Paraná. E hoje devemos muito ao passado daqueles que fizeram e acreditaram em São José dos Pinhais.

Uma cidade com grandes indústrias, comércio forte, mas, principalmente, está de parabéns a população de São José dos Pinhais, os moradores, que estão comemorando hoje os 318 anos de emancipação política.

Parabéns ao povo de São José dos Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Eu estava estranhando que ninguém havia lembrado que hoje é dia de São José. Por essa razão, as nossas homenagens também a São José dos Pinhais.

Requerimento nº 499, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, com apoio dos Deputados Edgar Bueno e Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 498, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 496, de autoria do Deputado Francisco Bühler, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, me perdoe, estou fazendo chegar à Mesa, um requerimento que, na correria acabei me esquecendo de encaminhar, que estarei me ausentando do país a partir de amanhã até segunda-feira, em viagem particular ao Paraguai.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de associar-me com o Deputado Francisco Bühler e lembrar que São José dos Pinhais completa os seus 318 anos de emancipação político-administrativa. E lembrar a V. Exa.: o senhor, quando foi Secretário do Governador Jaime Lerner levou para aquele município duas grandes montadoras, a Renault e a Audi que mudaram o perfil econômico não só do município de São José dos Pinhais, mas também do Paraná.

São José dos Pinhais é o que é hoje graças a sua gente aos seus Prefeitos, ao atual Prefeito, ao ex-Prefeito, ao ex-Vice-Prefeito que foi Francisco Bühler, junto com a atual Deputado Federal Setim que foi Prefeito na época da implantação dessas grandes indústrias, que alavanca-

ram a economia do nosso estado do Governo Jaime Lerner, e a arrecadação que se tem hoje em São José dos Pinhais se deve ao Governo passado.

Parabéns ao povo de São José dos Pinhais!

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado e viva São José!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 037 e 040/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 762/07 e 051/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142, 556, 764 e 832/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas de Comissões***

#### ***Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia***

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 489/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relator: Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 758/07 de autoria do Deputado Reni Pereira. Relator: Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 490/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relator: Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 825/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Mensagem nº 002/08 de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APRO-

VADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
Roberto Mistrorigo Barbosa- Secretário

## ***Defesa do Consumidor***

### **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às onze horas, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira, mais a presença do Deputado Valdir Rossoni, Deputado Ademar Traiano, Deputado Antonio Anibelli, Deputado Alexandre Curi, para discutir sobre o fechamento das delegacias regionais da Receita Estadual de Pato Branco e União da Vitória. Dado início aos trabalhos o Presidente deu por aberta a presente Audiência Pública, chamando para compor a Mesa o Prefeito de União da Vitória Hussein Bakri, mais o Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, Sr. Pedro Sanches e o Sr. Valdecir Rogério Cordeiro Presidente do Sindicato dos Contabilistas de União da Vitória. O Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor Deputado Reni Pereira agradeceu a presença de todos, mostrando preocupação com o fechamento das delegacias regionais da Receita Estadual de Pato Branco e União da Vitória. A seguir, foi dada a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, que mostrou sua insatisfação com a atitude do Governo, em tomar uma decisão unilateral, prejudicando a comunidade da região sudoeste do Paraná. Após, foi dada a palavra ao Sr. Hussein Bakri, Prefeito de União da Vitória, o qual teceu alguns comentários sobre o fechamento da delegacia em União da Vitória. Disse que o Governo tomou a atitude sem discutir com a comunidade e que nenhum aviso foi enviado a ele, indicando total desrespeito para com os moradores; informou também que efetivamente ninguém sabe os motivos da decisão, e que a comunidade foi pega de surpresa com a notícia. Salientou a necessidade de uma discussão prévia para a tomada de decisões desta amplitude e disse aguardar a mobilização dos Deputados para reverter o fechamento. Agradeceu ao Deputado Reni Pereira pela iniciativa da Audiência Pública. Na sequência dos trabalhos, foi dada a palavra ao Sr. Pedro Sanches, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, que em suas palavras mostrou preocupação com decisão do fechamento das delegacias, salientando que a sociedade é quem está perdendo. Disse ainda que com o fechamento, a população terá que se deslocar de 200 a 300 quilômetros para ser atendida e que espera a união dos Deputados para reverter a situação. Na sequência o

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor passou a palavra ao Deputado Antonio Anibelli que mostrou-se preocupado com as alegações que possam vir a acontecer, disse que a luta é de todos, demonstrando estar junto na luta pela abertura das delegacias, salientou que caso a medida não seja revista pelo Governo, a alternativa poderia ser a via legislativa, através da criação de um projeto de lei. Finalizou dizendo que é uma luta pela população e pelos funcionários, parabenizando a iniciativa da Audiência Pública. Em seguida o Presidente do Sindicato dos Contabilistas de União da Vitória Sr. Valdecir Rogério Cordeiro agradeceu a todos os Deputados pela preocupação, dizendo que ficou surpreso com a decisão, mostrando a dificuldade que a população está passando com a mudança. A seguir foi dada a palavra ao Sr. Altamir Moreira de Castilho, Vereador de União da Vitória, que mostrou-se preocupado com a população, dizendo que a luta tem que ser em conjunto, entre todos na tentativa de reverter a situação, pois a cidade está perdendo receita com a decisão tomada, salientando que a região é bastante carente e que a atitude deveria ser revista. A seguir o Deputado Reni Pereira salientou que a Audiência Pública não seria uma afronta à Secretaria da Fazenda, dizendo que um confronto neste momento poderia ser prejudicial à sociedade, frisou que o desrespeito é em relação ao Código de Defesa do Contribuinte, salientando que esta é uma lei complementar e é superior a uma norma da Receita do Estado. Pediu respeito aos contribuintes, salientando que o estado não pode ser comparado a empresa de telefone, em que o atendimento é feito pelo telefone ou internet, o acesso aos serviços tem que ser pessoal, sendo função do estado a garantia do atendimento, frisando que a função do estado não é somente econômica. Finalizando, disse que está aguardando o decorrer desta semana para que a solução administrativa ocorra, e que caso não ocorra, tomará medidas em relação a nulidade deste ato e também a alternativa da apresentação de um projeto de lei. Agradeceu a presença de todos e entende que a forma pacífica será a melhor para todos. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente  
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

### **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e oito, às dez horas, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira, mais a presença do Sr. Deputado Marcelo Rangel, Deputado Luiz Fernandes Litro, Deputado Ribas Carli Filho, Exmo. Sr. Bachir Fayad, Coordenador do PROCON; Ilma. Sr. Ardisson Naim Akel, Presidente da Federação

das Associações Comerciais Empresariais do Paraná - FACIAP; Ilmo. Sr. Djanuzi Fontini Reis, Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais Empresariais do Paraná - FACIAP-SCPC; Ilmo Sr. José Carlos Loureiro Neto, Diretor da Associação Comercial Industrial de Ponta Grossa ACIPG - SCPC; Ilmo. Sra. Rossana Souto da Rosa, Chefe Jurídica do PROCON; Ilma. Sra. Enair Peruci de Godoi, Consultora Comercial dos Correios; Ilmo Sr. Elcio Ribeiro Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná; Ilmo Sr. Cleverson Marinho Teixeira, Consultor Jurídico da Associação Comercial do Paraná; Ilma Sra. Avani Tornato Slomp Rodrigues, Presidente da Associação Comercial do Paraná, para discutir o projeto de lei que tramita na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual prevê que todo cidadão precisa ser comunicado sobre a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais, sem prévia solicitação e desde que essas informações não sejam consideradas públicas, o que submeteria o consumidor ao visível constrangimento. O conteúdo da presente Audiência Pública está transcrito através das notas taquigráficas, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

## ***Constituição e Justiça***

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Valdir Rossoni e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura do Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto Parcial nº 007/08 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 857/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 02) Proposição Veto nº 008/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 334/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 03) Proposição Veto nº

016/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 492/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 04) Proposição Veto nº 017/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 748/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Projeto de Lei Complementar nº 008/08 de autoria do Deputado Geraldo Cartário - Altera dispositivo da Lei nº 081/88 - Inclusão do município de Alvorada do Sul à região metropolitana de Londrina. O Sr. Deputado Jocelito Canto, Relator, REQUER A CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e do Desenvolvimento Urbano - DEFERIDO pelo Presidente; 06) Proposição Veto nº 009/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 518/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 011/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 612/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 08) Proposição Veto nº 012/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 566/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 09) Proposição Veto nº 013/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 616/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 027/08 de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Francisco Bühner, Relator, REQUER A CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 585/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 864/07 de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello. O Sr. Deputado Tadeu Veneri, SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 018/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão, lido pelo Deputado Tadeu Veneri - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Carlos Simões, Nereu Moura e Luiz Claudio Romanelli; 14) Projeto de Lei nº 048/08 de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 762/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 040/08 de autoria da

Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 051/08 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Curitiba, 14/03/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/2008, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMINA DE OLIVEIRA E SILVA  
Coordenadoria de Contabilidade

## ***Publicações Administrativas:***

### ***Balancete Financeiro***

#### ***Fevereiro/08***

OFÍCIO Nº 004/08

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
M. D. Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Fevereiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:29/02/2008
MÊS: Fevereiro	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
RECEITAS CORRENTES	23.700.000,00	48.200.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	23.700.000,00	48.200.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	23.800.000,00	48.500.000,00
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	111.251,76	649.114,11
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	111.251,76	649.114,11
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	111.251,76	649.114,11
<b>SALDO DO MÊS ANTERIOR</b>		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	10.475.581,62	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	10.475.581,62	9.355.128,98
TOTAL	34.386.833,38	58.504.243,09

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Fevereiro	MÊS: Fevereiro Exercício: 2008	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 29/02/2008
--	-----------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
DESPESAS CORRENTES	24.004.521,57	46.833.925,42
Pessoal e Encargos Sociais	21.064.290,80	42.233.034,65
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.940.230,77	4.600.890,77
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	24.004.521,57	46.833.925,42
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		



DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RESTOS A PAGAR	189.106,51	599.175,98
Pagamentos	189.106,51	599.175,98
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	29.505,50	907.441,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	29.505,50	907.441,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	218.612,01	1.506.617,87
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	10.163.699,80	10.163.699,80
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	10.163.699,80	10.163.699,80
TOTAL	34.386.833,38	58.504.243,09

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenador de Contabilidade

